

Abrigo para pessoas em situação de rua

Abrigo

Letícia Nerys Gomes

Abriçô

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Escola Politécnica e de Artes
Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso II

Leticia Nerys Gomes

Orientadora: Isabela Ferrante

Goiânia, 2024



RESUMO

O trabalho aborda o desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um abrigo e centro de apoio destinado a pessoas em situação de rua, localizado no Setor Central de Goiânia, Goiás. O projeto parte da análise das condições socioeconômicas que levam indivíduos a viver nas ruas, como desemprego, ausência de moradia, conflitos familiares e dependência química, destacando o aumento significativo desse grupo populacional no Brasil. A pesquisa ressalta a carência de infraestrutura adequada para atender essa população e propõe um espaço que integre acolhimento, assistência social e promoção de cidadania.

O estudo fundamenta-se na política pública de assistência social brasileira, regulamentada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza as ações em dois níveis de proteção: básica e especial. O abrigo projetado se alinha à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, focada em pessoas com graves violações de direitos e sem vínculos familiares, oferecendo abrigo temporário e serviços especializados para reinserção social.

Ao enfatizar a arquitetura como instrumento de dignidade, o trabalho reforça a importância de soluções que atendam às necessidades práticas e emocionais dessa população, promovendo o debate sobre políticas públicas e a criação de espaços que resgatem a cidadania. Assim, propõe-se não apenas um projeto físico, mas uma resposta integrada às demandas sociais e urbanas da cidade de Goiânia.

Palavras-chaves: Abrigo temporário, projeto de arquitetura, população em situação de rua, vulnerabilidade social

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais José Romão e Vera Lúcia, que sempre me apoiaram nas minhas decisões e nunca mediram esforços pra me ver feliz, que mesmo com a distância de mais de 1000km, se fizeram presentes todos os dias e sempre me incentivaram a ser livre e independente;

A minha prima Lara, que esteve presente todos os dias, e que em meio a correria do dia a dia foi a melhor parte do meu dia por todos esses anos durante essa trajetória;

Ao meu tio Jonas, engenheiro, que foi o primeiro a me inspirar e a me despertar a curiosidade, que sempre foi atencioso se eu precisasse de ajuda e também de um puxão de orelha;

As minhas melhores amigas que independente da distância, o amor, a admiração e o suporte sempre se mantiveram presentes;

A minha orientadora Isabela Ferrante, que foi minha primeira professora de projeto e que me deixou admirada com a abordagem, fico feliz por ter iniciado e agora finalizado essa trajetória com ela, obrigada pela paciência, calma e incentivo.



“O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.”

- Ariano Suassuna.

Sumário

07

APRESENTAÇÃO DO TEMA

15

PESQUISA EXPLORATÓRIA

23

REFERÊNCIAS PROJETOAIS

27

O LUGAR

33

O PROJETO

47

REFERÊNCIAS



Fonte: <https://ohoje.com/2016/11/29/maioria-dos-moradores-de-rua-vive-no-centro/>

Apresentação do tema

01.Introdução

Sou natural de Brasília - DF. Vim para Goiânia há quatro meses a procura de emprego e para morar com meu pai, mas não deu muito certo ficar com ele, não achei emprego, então vim para as ruas onde moro há dois meses (...) Graças a Deus estou me mantendo bem forte, e se Deus quiser, daqui uns dias vou estar bem melhor do que esta situação que estou agora.
Ruan, 18 anos (Goiânia Invisível @invisivelgo, 19 de junho de 2023)

Eu pego bolsa família, tem dois meses que eles não pagam, então falei pro dono do barracão que morava na Vila Multirão: "olha seu Antônio, não tenho mais condições de pagar o senhor". Deixei geladeira, fogão, deixei tudo... tem dois dias que estou na rua, a minha mulher faleceu de Covid, perdi a melhor pessoa da minha vida (...) tô tendando me aposentar tem uns três anos. Aí minhas coisas estão lá na casa mas não consigo pagar (...) eu já morei na rua, aí minhas irmãs me ajudaram, Mas infelizmente voltei pra rua agora.
Antônio (Goiânia Invisível @invisivelgo, 28 de agosto de 2024)

Nossa busca de vir aqui é atrás de uma casa né, um objetivo melhor de lá de onde nós veio. Minha mulher veio do Pará e eu sou do Maranhão (...) Lá no Maranhão eu trabalhava na roça, aqui na cidade de ajudante de pedreiro e agora atualmente tô trabalhando de reciclador. Minha mulher quando pode faz faxina, vai lavar roupa pra um pessoal. Já tem 4 meses que nós tamo morando em Nerópolis, lá nós paga aluguel, mas como diz, venceu o aluguel ontem, aí fica difícil... venceu nós vem pra rua tudo de novo. Não é fácil. As vezes as pessoas veem a gente assim né pra criticar não falta, acha que nós tá fazendo isso porque quer, porque gosta (...) Nós queremos voltar de novo pra Nerópolis, porque os meninos estudam lá, segunda feira já vai começar as aulas aí querendo ou não, com casa ou sem casa, nós senta no meio da praça lá, mas temos que voltar para o colégio dos meninos. Viemos pra Goiânia para tentar qualquer coisa né, trabalhar nas feiras pra ver se arruma dinheiro, se não arrumar, aí já não sei.
José Gomes (Goiânia Invisível @invisivelgo, 05 de fevereiro de 2019)

Uma mesma realidade conecta as três diferentes falas e os três diferentes personagens cujos depoimentos são relatados acima: a vulnerabilidade social e o viver na rua como única alternativa. A partir desses, de outros tantos depoimentos, da pesquisa de dados socioeconômicos e populacionais, pode-se afirmar que são vários os fatores que condicionam a ida de uma pessoa para as ruas: desemprego, perda ou carência de moradia, desavenças familiares, vícios, entre outros. Enquadram-se assim no que o atual Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023) define como:

Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoa que possuem em comum a condição de extrema pobreza, a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, a população em situação de rua (PSR), tem aumentado significativamente no país (BRASIL,MDHC, 2023, p.5)

Este trabalho, dedica-se ao desenvolvimento de um projeto de arquitetura de um Abrigo e Centro de apoio para pessoas em situação de rua, localizado no Setor Central, em Goiânia, Goiás. A partir da observação empírica do problema em questão, e posterior levantamento de dados, além da pesquisa sobre os equipamentos e serviços governamentais que atendem essa população, observou-se a existência de uma importante demanda a ser atendida, ou seja, um local de abrigo e assistência a população que ainda recorre às ruas como moradia na cidade de Goiânia.

Este trabalho se justifica pela necessidade de reconhecer nessas pessoas, um usuário da cidade enquanto cidadão, com direitos a serem atendidos, entre eles o acolhimento e o abrigo. Nesse sentido ele também pode ser usuário de uma boa arquitetura. O trabalho portanto, visa contribuir com o debate sobre a criação de espaços e abrigos temporários para essa população, reforçando também a necessidade de discussão sobre a promoção de políticas públicas de assistência social que possam causar impactos positivos na sociedade.

02. Temática

Assistência Social

Segundo própria definição do Governo Federal, a Assistência Social é uma política pública cujo propósito é assegurar a proteção social das pessoas em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte aos indivíduos, famílias e comunidades para lidarem com seus desafios por meio de uma variedade de serviços, benefícios, programas e projetos (BRASIL, SUAS, 2023, p.4)

Iniciada em 1993, através da criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), juntamente com os conselhos deliberativos e partidários, em uma esfera federal, estadual e municipal, construía-se uma nova gestão pública participativa. Em 1997, a Norma Operacional Básica (NOB) instituiu a exigência de um Conselho, Fundo e Plano Municipal para que os municípios pudessem receber os recursos necessários, e em 1998 foi diferenciado as áreas de atuação da política pública em serviços, programas, projetos, espaços de negociação etc. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha instituído a Assistência Social como direito universal, apenas em 2011, foi sancionada a Lei 12.435/2011, que institui O Sistema Único de Assistência Social (Suas).

O SUAS é um sistema público que organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

01. Proteção Social Básica: se dedica a população em vulnerabilidade social, tem como objetivo a educação e a prevenção das situações de risco, sendo previsto através do desenvolvimento de serviços e projetos locais de cada região com sua demanda e necessidade, tem como objetivo também incluir pessoas com deficiências no eixo de proteção e benefícios. O atendimento possui prioridade para as pessoas registradas no CadÚnico, os beneficiários do Bolsa Família e do Prestação Continuada, isto é, a maior parcela da população em vulnerabilidade.

As ações têm como finalidade garantir que as famílias criem autonomia e emancipação social, os programas têm o fim de criar oportunidades e criar possibilidades de desenvolvimento das famílias para que elas não precisem mais dos benéficos.



Fonte: Portal Gov.br

02. Proteção Social Especial: atende famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, que inclui situação de rua e abandono, maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de trabalho infantil, entre outros. Os serviços, programas e projetos são feitos de forma mais especializada e muitas vezes individual, de maneira que assegure proteção e a reinserção da pessoa na sociedade. Para isso, precisa estar vinculado com outras Políticas Públicas, como a Defensoria Pública, Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, Ministério Público e os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), para que assim os problemas apresentados tenham mais efetividade e soluções concretas e assertivas.

Diante disso, a proteção social especial está dividida em dois grupos que se diferenciam pela forma de atendimento especializada:

- Proteção Social Especial de Média Complexidade: atendem indivíduos e famílias com direitos violados, mas que possuem uma relação e contato direto com os familiares;
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade: atendem indivíduos e famílias com grave violação de direitos e que não possuem relação com os familiares, **ocasionando na necessidade de abrigo.**

Órgãos Responsáveis:

- Federal: Sistema Único de Assistência Social – SUAS
- Estadual: Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS
- Municipal: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

03. Tema

Abrigo e Centro de apoio para pessoas em situação de rua

3.1. Como abrigar quem vive nas ruas?

De acordo com o dicionário, abrigo significa “local que serve para abrigar, abrigada, abrigamento.”; “algo que oferece proteção contra rigores do tempo”; “casa de assistência social onde se recolhem pobres, velhos, órfãos ou desamparados”.

Conforme já citado, o abrigo à pessoas em situação de vulnerabilidade, é um serviço de Alta Complexidade ofertado pelo SUAS. Os serviços de acolhimento são realizados em distintas modalidades, voltadas para públicos específicos. Os principais objetivos são:

Para o atendimento a Adultos e famílias o SUAS oferta três modalidades de abrigo para adultos e para a população em situação de rua: República, Casa de Passagem e Abrigo Institucional, e diferenciam-se segundo a abrangência e propósito de atendimento de acordo com esquema ao lado.

Embora previstas diversas modalidades de abrigo, esses espaços ainda se mostram insuficientes, sejam em aspectos quantitativos, relacionados ao número de vagas e capacidade de atendimento, seja no aspecto qualitativo, relacionado ao fato de que abrigam espaços adaptados e improvisados, não construídos especificamente para esse fim.

A casa de passagem e o Abrigo Institucional são, portanto, os dois tipos acolhimento institucional, específicos e mais adequados que tem como propósito acolher indivíduos e famílias em situação de rua, migrantes e pessoas em trânsito.

Em especial as casas de passagem tem como características, ser um ambiente acolhedor com propriedades residenciais, com atendimento especializado de assistência de forma integral, ter acessibilidade, condições de higiene, segurança, privacidade, ter caráter provisório, e com alternativas que contribuem para a reintegração, autonomia e o resgate de direitos violados desses usuários.

Caracterização do usuário para o Abrigo:

Todas as pessoas e grupos familiares que se encontram em situação de risco social e com os laços familiares afetados, necessitando de abrigamento. Dessa forma, o abrigo fornece todas as necessidades mínimas de acolhimento, atendimento, encaminhamento e atividades socioeducativas para reinserção de todos na sociedade.

SUAS

Serviços de Alta complexidade

Abrigos para Famílias, adultos e população de vulnerabilidade em situação de rua

República:
Acolhimento de adultos em processo de saída das ruas

Casa de Passagem:
Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua, migrantes e pessoas em trânsito. Normalmente são unidades de atendimento emergencial e temporárias, com o intuito de identificar necessidades específicas e encaminhar o indivíduo à instituições específicas e mais adequadas à demandas específicas.

Abrigo Institucional (para até 50 acolhidos): Acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, migrantes e pessoas em trânsito.

3.2. Como atender e auxiliar quem vive nas ruas?

O Atual Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) lançou em 2023, entre outros documentos, o "Plano Nacional Ruas Visíveis", nele uma série de diretrizes e ações visam orientar o atendimento e acolhimento das Pessoas em Situação de Rua: "A população em situação de rua tem o direito de ser atendida em qualquer serviço público, mas existem políticas públicas voltadas para a ampliação e facilitação do acesso dessas pessoas a seus direitos" (BRASIL, MHDC, 2023, p.22). Entre os principais eixos temáticos que orientam diretrizes de ações e políticas públicas destacam-se:

No eixo da Assistência Social, o Plano reforça a importância dos serviços especializados do **Centro POP**. Especializado para a População em situação de rua, trata-se de uma unidade pública de referência da Proteção Social de Média Complexidade do SUAS, que "articulam seus serviços com outras políticas públicas de modo a compor um conjunto de ações de promoção de direitos que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidade da população em situação de rua" (BRASIL, MHDC, 2023, p.26). Os serviços são ofertados por demanda espontânea e também pode ser acessado por meio de encaminhamentos de outros serviços de assistência social, do sistema de saúde, ou outros órgãos de políticas públicas, além do sistema de justiça

Também a nível da Assistência Social, o **CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência social**, oferta serviços de atendimento à população em situação de rua, em contextos específicos de violação de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.

Ainda no eixo da Assistência Social o plano observa como a população em situação de rua é uma das mais afetadas pela insegurança alimentar e fome. Para garantia de segurança alimentar e nutricional a essa população, propõe ações orientando a implementação de cozinha solidárias e repasse de alimentos para as cozinhas comunitárias. Cozinhas essas que observam as especificidades de atendimento dessa população, como horários variados, cardápio nutritivo e variado, além de atendimento humanizado. O plano ressalta ainda, "como a garantia do direito humano à alimentação adequada das pessoas em situação de rua, auxilia também o fortalecimento de laços sociais e comunitários" (BRASIL, MHDC, 2023, p.36).



3.2. Como atender e auxiliar quem vive nas ruas?

No eixo da Saúde, apesar de direitos previstos pela constituição federal, que garantem o atendimento dessa população pelo SUS, a população em situação de rua enfrentam barreiras e dificuldades para o acesso aos serviços de saúde. Além da dificuldade de acesso existe a falta de continuidade do atendimento/tratamento por falta de documentos e fragilidade de vínculos familiares. O plano propõe, assim, capacitação de profissionais para um tratamento empático, ênfase no atendimento em saúde mental, ampliação das equipes de Consultórios de Rua, entre outros (BRASIL, MHDC, 2023, p.41).

No eixo da segurança e Violência, a população de rua sofre com preconceito e estigmatização por parte da sociedade e mesmo a nível institucional - "comumente associada à desordem, criminalidade e ameaça a segurança pública (...) destaca-se o conceito de subcidadania, que se refere à condição de cidadãos que são tratados como sendo de segunda classe em sua própria sociedade". No entanto a população de rua configura-se em realidade a um público exposto à violências diversas, incluindo institucionais e de abuso de autoridade.

Nesse eixo prevê-se a formação e capacitação dos agentes públicos. acesso a informação dos direitos da população em situação de rua, e inclusive a regulamentação da Lei Padre Julio Lancellotti, que coíbe a arquitetura hostil, pensada em promover o afastamento das pessoas em situação de rua.

Destacamos aqui, os principais eixos e temas que auxiliam a discussão no âmbito do trabalho de projeto aqui apresentado, mas vale ainda destacar que outros eixos propostos pelo Plano Ruas visíveis do MHDC são:

- Cidadania, Educação e Cultura: serviços especializado e fomento a iniciativas comunitárias de promoção à cidadania;
- Habitação: em especial por meio a priorização de acesso ao programa Minha Casa, Minha Vida;
- Trabalho e renda: ampliação do acesso ao trabalho;
- Produção e gestão de dados: gestão de dados para subsídio de ações baseadas em evidências.

Diante o exposto, o programa deste trabalho amplia-se, mais do que isso, um espaço de acolhimento e atendimento à pessoas em situação de rua. A partir dos equipamentos institucionais existentes no seu programa o Abrigô visa atender - Todas as pessoas e grupos familiares que se encontram em situação de risco social e com os laços familiares afetados, necessitando de abrigo. Dessa forma, o abrigo fornece todas as necessidades mínimas de acolhimento, mas também o atendimento básico de saúde, refeitório, encaminhamento, atividades socioeducativas para reinserção de todos na sociedade, entre outros.

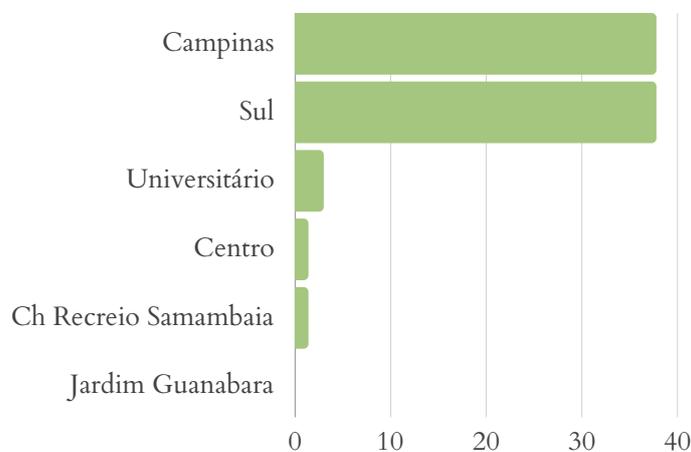


Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/padre-julio-e-mst-sao-destaques-na-primeira-edicao-do-premio-megafone-para-ativistas>

04. Justificativa

De acordo com o levantamento técnico feito em dezembro de 2020 do Instituto Mauro Borges de estatística e estudos socioeconômicos da Secretaria – Geral do estado de Goiás, os dados do Cadastro Único registrou 2.575 pessoas em situação de rua no estado de Goiás, sendo a capital Goiânia, a cidade com o maior número de registros, com 1.185 pessoas. A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMÁS) estima que a quantidade de pessoas que se encontram nessa situação, seja de 1,3 mil, apontando que a maioria está registrada no Cadastro Único.

Porcentagem de pessoas por setor



Em um diagnóstico feito pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Governo Federal, em agosto de 2023, o estado de Goiás contém no total, 11 equipes e atendimentos dos Consultórios na Rua, sendo 5 deles em Goiânia. Existem dois abrigos temporários, a Casa de Acolhida Cidadã I e II, que atendem a população em situação de rua com as necessidades básicas: alimentação, higiene pessoal e o pernoite com segurança. Além de, atendimentos com psicólogos e assistentes sociais, atividades ocupacionais, encaminhamentos jurídicos e para o mercado de trabalho, entre outros atendimentos especializados. No entanto, a capacidade máxima é de 300 pessoas, insuficiente para atender sequer um terço da população vulnerável nas ruas e as estruturas são precárias. Isso ressalta a urgência de mais abrigos para aliviar a sobrecarga e expandir os serviços para quem vive em situação de rua.

Casa acolhida cidadã I



Fonte: Google Imagens

Casa acolhida cidadã II



Fonte: Google Imagens

Cantro POP



Fonte: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/licitacao-da-prefeitura-de-goiania-para-a-construcao-de-centro-pop-e-um-equivoco-aponta-vereador-202078/#google_vignette



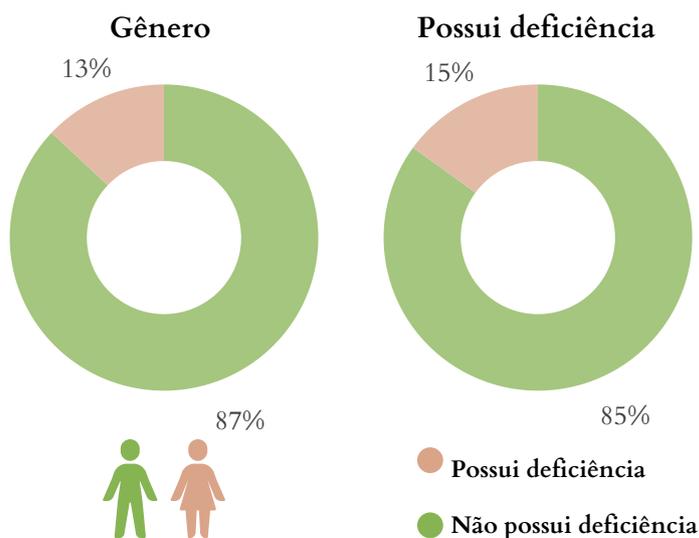
Pesquisa exploratória

Quem mora na rua?

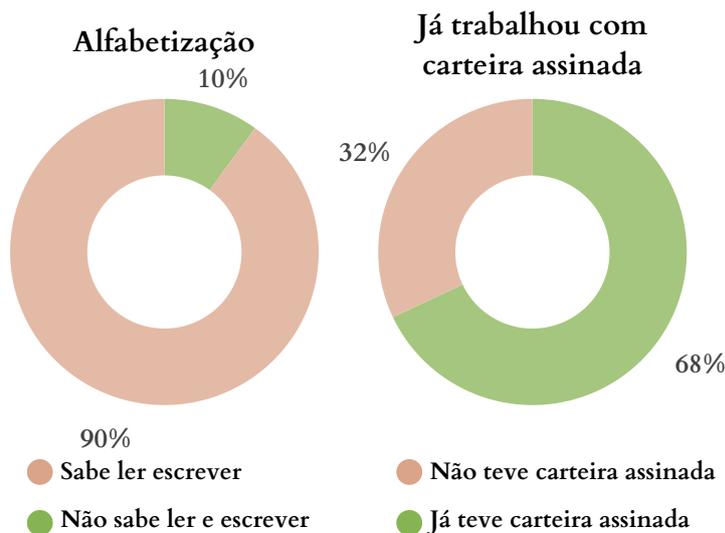
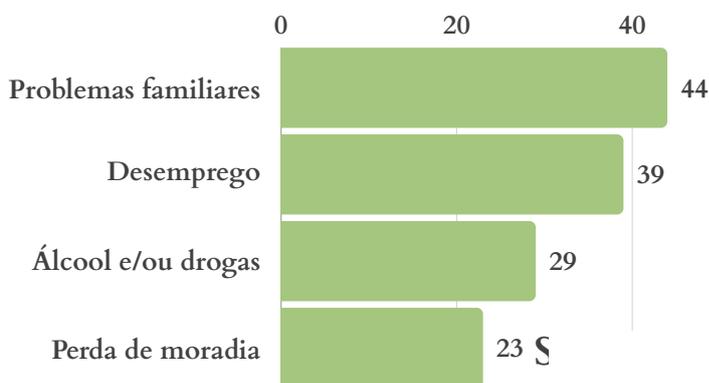
Em meio às vastas estatísticas e relatórios que permeiam a administração pública, os dados sobre pessoas em situação de rua emergem como um retrato doloroso e muitas vezes negligenciado da realidade social contemporânea. Estas informações não são apenas números frios, mas representam vidas, histórias e desafios enfrentados por milhares de indivíduos em nossas cidades. O estudo e compreensão desses dados governamentais são cruciais não só para a formulação de políticas públicas eficazes, mas também para o reconhecimento e respeito dos direitos humanos fundamentais de cada cidadão. Neste texto, exploraremos a importância, a precisão e os desafios associados à coleta e interpretação desses dados, bem como seu papel na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Conforme diagnóstico divulgado em agosto de 2023, com base em dados e informações dos sistemas do Governo Federal, foi apontado que, em 2022, o Cadastro Único (CadÚnico) registrou aproximadamente 236.400 pessoas em situação de rua (PSR). Isso equivale a uma proporção de 1 em cada 1.000 pessoas que vivem nessas condições. A pesquisa também indicou que, em 64% dos municípios brasileiros, pelo menos uma pessoa estava em situação de rua, sendo que 62% desse total se localizavam na região Sudeste. Entre as unidades federativas, o Distrito Federal apresentou a maior taxa proporcional de PSR, com 3 pessoas em situação de rua para cada 1.000 habitantes.

Perfil das pessoas cadastradas:



Principais motivos para a situação de rua:

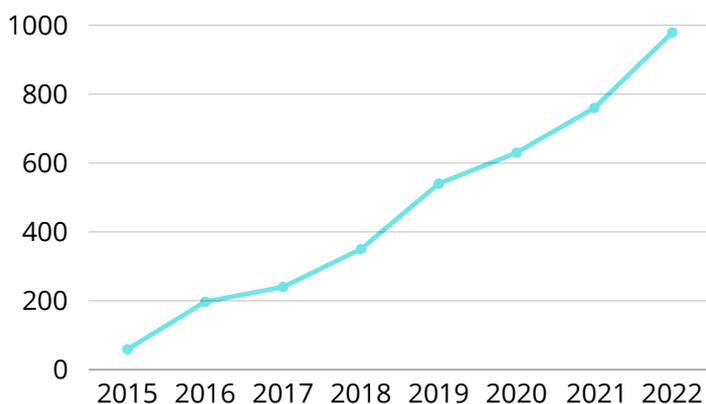


Nos seis meses anteriores ao cadastro, 52% dos PSR foram atendidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop), com variações regionais: o Maranhão apresentou o maior percentual de atendimentos (80%), enquanto Roraima, que possuía o maior número de PSR na região Norte em dezembro de 2022, não contava com Centros Pop.

Em relação a outros tipos de assistência social, seja por instituições governamentais ou não governamentais, menos de 40% dos PSR foram atendidos, e 12% não receberam nenhum tipo de serviço. Entre dezembro de 2015 e dezembro de 2022, houve um aumento de 82% nas Equipes de Consultórios na Rua (eCR), o que ampliou o acesso aos atendimentos. Os atendimentos passaram de 58.370 em 2015 para 979.193 em 2022, um crescimento de 1.578%.

É importante ressaltar, que além de viver submetida a condições desumanas e insalubres, a população em situação de rua está exposta a situações de maus tratos e violências. Entre 2015 e 2022, foram registrados 48.608 situações de violências no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde. O índice de violência motivado pela condição de situação de rua aumentou de 2% para 5%, e embora represente apenas 13% da população PSR, esse grupo foi alvo de 40% dos casos de violência registrados em 2022. Essa violência atinge majoritariamente homens negros e jovens: pessoas pretas (14%) e pardas (55%) somam 69% das vítimas, e a faixa etária mais afetada é de 20 a 29 anos (26%). (BRASIL, MHDC, 2023)

Gráfico - Total de atendimentos registrados pelas equipes de Consultório de Rua, por ano. Brasil 2015 - 2022.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

Quantidade total de pessoas em situação de rua que ingressaram no PAEFI em 2022: 23.012

- Norte: 1.662 (7,2%)
- Nordeste: 3.085 (13,4%)
- Centro-oeste: 2.518 (10,9%)
- Sudeste: 9.213 (40%)
- Sul: 6.534 (28,4%)



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico

“Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, que compreende ações de atenção e orientação direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.”

Fonte: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal.

Número total de equipes e atendimentos dos Consultórios na Rua, em 2022, por região, estados e capitais do Brasil.

REGIÃO CENTRO-OESTE	23	74.811
Distrito Federal	5	36.162
Brasília	5	36.162
Mato Grosso do Sul	4	14.949
Campo Grande	1	6.209
Mato Grosso	3	12.253
Cuiabá	2	5.420
Goiás	11	11.447
Goiânia	5	2.332

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico

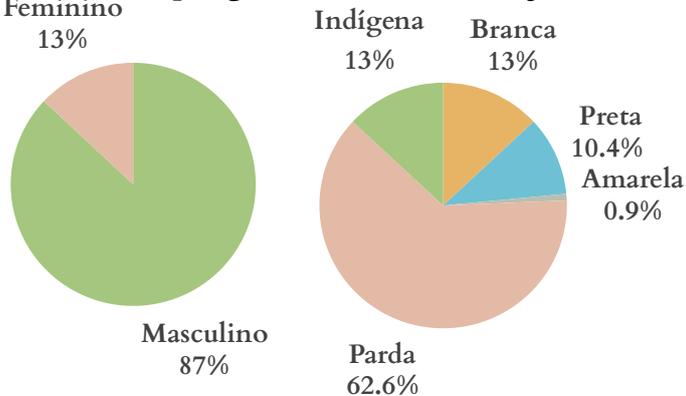
Perfil da população em situação de rua a partir do Cadastro Único de Goiás:

Segundo o CadÚnico, no meio do ano de 2020, o estado de Goiás possuía 2.575 pessoas em situação de rua, sendo 12,4% dessas pessoas sobreviviam com toda a família nessa realidade.

Geralmente, as pessoas em situação de rua habitam os grandes centros urbanos, o que é uma característica que se mantém no estado de Goiás, já que através da tabela a seguir nota-se que, todos os dez municípios se encontram em áreas densamente povoadas e que tem em comum uma economia de destaque. Diante disso, eles se localizam na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e no entorno do Distrito Federal.

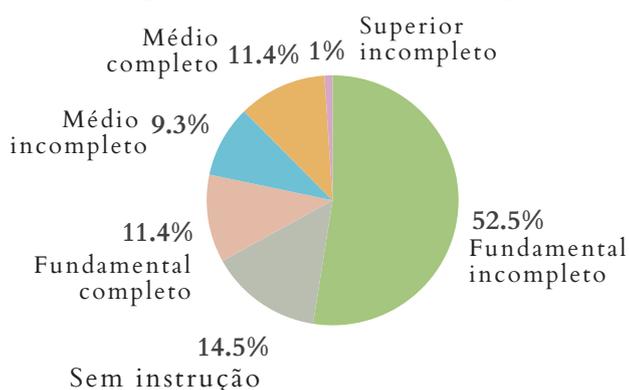
Goiânia é o município com a maior quantidade de PSR, estando registradas 1.185 pessoas, havendo ainda uma estimativa de que seja de 1,3 mil pessoas vivendo nesse contexto. Como exposto anteriormente, a quantidade de pessoas por setor, é importante destacar que o setor campinas e o setor sul lideram a lista com a porcentagem de ambos acima dos 37%.

Distribuição por gênero e cor - Goiás - Junho/2020



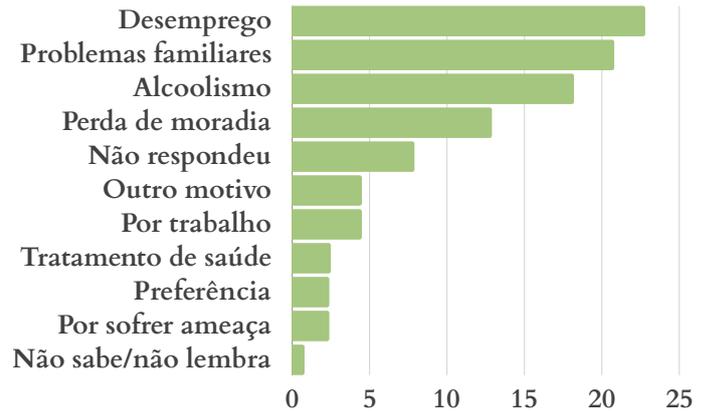
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico

Distribuição por escolaridade - Goiás - Junho/2020



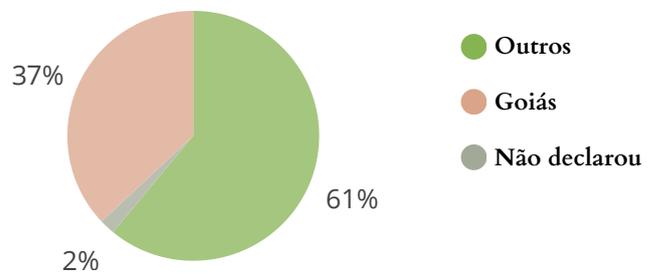
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico

Motivo para estar em situação de rua - Goiás - Junho/2020



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico

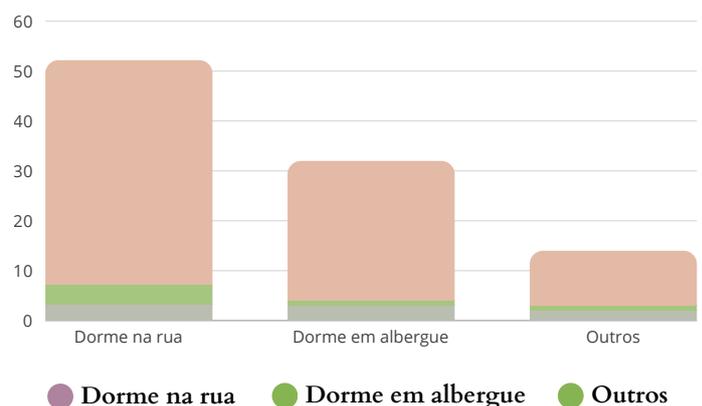
Distribuição de acordo com a Unidade da Federação de nascimento - Goiás - Junho/2020



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico

De acordo com o gráfico, a predominância das pessoas em situação de rua são de outros estados com 61%, os cinco estados com a maior quantidade de migrantes que hoje se encontram em Goiânia é o Maranhão com 12%, Distrito Federal 12%, Minas Gerais com 11%, Bahia com 10% e São Paulo com 8,9%.

Distribuição por quantidade de dias da semana de pernoite na rua ou albergue - Goiás - Junho/2020



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico

06/03/2016 08h15 - Atualizado em 07/03/2016 10h49

Goiânia teve 61 moradores de rua mortos em três anos, segundo UFG

Levantamento mostra que 351 viviam em situação de rua no ano passado. Sociólogo diz que situação 'é alarmante' e que faltam políticas públicas.

Em cinco meses, Goiânia tem aumento de 33% da população em situação de rua

População em situação de rua em Goiânia sofre com descaso e violência

Abordagem truculenta de policial retoma o debate sobre políticas públicas a uma parcela da população que aumentou muito após a pandemia da Covid-19. Novo censo é previsto para este ano

RUA 15 COM A ALAMEDA BOTAFOGO

Praça no Centro de Goiânia é tomada por moradores de rua e usuários de droga

Arquitetura e Urbanismo hostil

Enquanto essência da arquitetura, o abrigo, "o ofício do Arquiteto e Urbanista é justamente propor espaço de bem estar e acolhimento, impedir o uso de espaços públicos é definitivamente uma anti-arquitetura" (BERNANDO e ALCANTARA, 2023). Instituído em 2023, pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o "Plano Nacional Ruas Visíveis: Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em situação de Rua", busca promover ações que visam aprovar e regulamentar o projeto de Lei 488/21 pretende alterar o Estatuto da Cidade com o intuito de proibir a chamada "arquitetura hostil" em relação à população em situação de rua nos espaços públicos, opondo-se ao uso de técnicas de construção para impedir que os moradores de rua utilizem o espaço para moradia:

A arquitetura hostil, é o nome pelo qual se convencionou chamar uma série de estratégias e dispositivos construtivos que visam afastar e impedir a permanência das pessoas, em especial em situação de rua, em bancos, espaços residuais de fachadas, e demais áreas livres da cidade. Essas estratégias violam o direito à cidade e à convivência democrática, além de aumentar a exclusão e a violência social. A lei leva o nome do Padre Júlio Lancellotti, reconhecido pelas ações de apoio às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, sobretudo durante o período da Pandemia de COVID-19. O padre removeu as marretadas as estruturas de pedra colocadas sob viadutos da cidade, para impedir as pessoas de permanecer no local. Além de não resolver a complexa questão da situação da moradia na rua, a arquitetura hostil prejudica a relação de todos com a cidade, tornando-as mais frias e excludentes.

"A arquitetura hostil, compreendida como uma série de estratégias urbanísticas que visam impedir ou dificultar o uso dos espaços públicos por determinados grupos sociais, especialmente pessoas em situação de rua (...) Diante dessa prática que restringe direitos foi elaborado um decreto de regulamentação da lei Padre Julio Lancelotti para a definição do conceito de arquitetura hostil, estabelecendo normas e sanções para coibir essa prática em cidades brasileiras, é parte do Estatuto:

Art. 2º [...]

XX - promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população." (BRASIL,MHDC,2023.P.47)



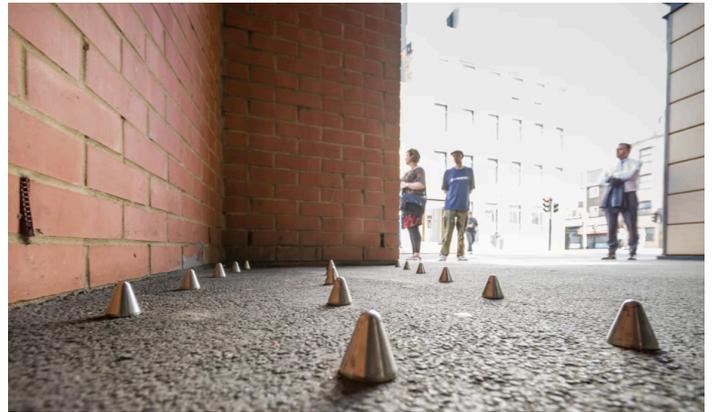
Arquitetura hostil (Charge de Armandinho)

FONTE: blog.archtrends.com/arquitetura-hostil/

Entre outras ações do "Plano Nacional Ruas Visíveis", o MDHC propõe a criação de uma cartilha sobre a arquitetura hostil para engenheiros, arquitetos e urbanistas a respeito da "promoção do conforto, abrigo, descanso, bem estar, acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com o espaço privado, e da vedação do emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo o afastamento das pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população" (BRASIL, MHDC, 2023, p.48)



Fonte: Magis Portal Jurídico



Pinos de metal, fachada de edifícios em Londres, Guy Corbishely/ FONTE: The Guardian:



Floreiras com grades metálicas instaladas na fachada de um banco na cidade de Curitiba, impedindo a utilização do espaço embaixo da marquise. FONTE: blog architrends.com/arquiteturahostil



Banco com divisórias, foto divulgação Flirck/ FONTE: blog architrends.com/arquiteturahostil



Padre Julio Lancellotti, FONTE: blog architrends.com/arquiteturahostil

Ao lado: peças de concreto sob viaduto na cidade de Guangzhou, China. FONTE: The Guardian



Como abrigar e acolher quem está nas ruas?

acolher e garantir proteção integral; prevenir o agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos familiares; possibilitar a convivência comunitária; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; fortalecer a autonomia; promover o acesso a programações culturais, de lazer e de esportes (gov.br)

Abrigar, inclui muito mais do que o atendimento aos aspectos funcionais, a sobrevivência e o atendimento às necessidades básicas - um local para passar a noite, a proteção do frio, acesso à alimentação, e higiene pessoal. Pensar um abrigo para pessoas em situação de vulnerabilidade, deve levar em conta também os aspectos psicológicos e emocionais, pensar a possibilidade de replicar o convívio familiar, a vida comunitária,

Segundo o "Manual básico de Atendimento a pessoas em situação de Rua", elaborado por voluntários de servidos do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, 2024, ao atender pessoas em situação de rua é preciso um olhar amplo e empático. O manual observa uma série de premissas e propõe diretrizes para o atendimento que podemos transferir para pensar o abrigo e acolhimento dessas pessoas:

É preciso considerar:

- **Empatia e Compaixão:** procurar compreender as experiências, dificuldades, desafios, incluindo aspectos, psicológicos e emocionais
- **Respeito e dignidade:** abordar, interagir e abrigar as pessoas em situação de rua com respeito e dignidade, reconhecendo sua autonomia, sua história, sua identidade, sem discriminação, estigmatização ou tratamento desigual
- **Garantir o Sentido de Segurança e Proteção:** pessoas em situação de rua sentem-se vulneráveis e inseguras. Seus pertences, como roupas, cobertores e documentos oferecem senso de estabilidade, elas podem se sentir mais seguras tendo seus objetos pessoais por perto. É preciso também compreender a importância de laços afetivos com animais de estimação: "para algumas pessoas nessa situação de rua, animais de estimação podem servir de proteção física contra ameaças e violência. Os animais podem alertar seus donos sobre perigos iminentes, agindo como forma de segurança pessoal" (SILVA, 2024)

- **Vínculo afetivo:** os pertences podem ter um valor sentimental para as pessoas em situação de rua, algum deles podem representar memórias ou conexões de suas vidas anteriores, podem servir como uma ligação com um passado mais estável e significativo. "a predileção pelo laço afetivo com animais de estimação pode ocorrer, tendo em vista que, diferentes vínculos afetivos com seres humanos, a relação com cães, por exemplo, não perpassam o receio do abandono" (SILVA, 2024)
- **Conscientização sobre os direitos humanos e Conhecimento sobre leis e políticas de proteção:** educar as pessoas sobre seus direitos, leis e políticas existentes, ajudam a criar uma base sólida para a proteção integral.
- **Ruptura de estigmas, desumanização e invisibilidade:** "pessoas em situação de rua são frequentemente estigmatizadas pela sociedade, vistas como criminosas, indesejáveis, sujas, perigosas, marginais, ou mesmo pessoas que não querem trabalhar ou se integrar à sociedade. Esse estigma acaba aumentando a exclusão social, em um círculo vicioso" (SILVA, 2024), em outro extremo, a sociedade tende a ignorar essa população, como se fossem invisíveis e indesejáveis.

Diante deste estudo, este trabalho visa uma proposta mais ampla de um Abrigo Institucional, buscando atender não só as necessidades básicas, mas também propor um ambiente que possa criar uma comunidade acolhedora para adultos e famílias, que restaurem seu sentimento de pertencimento, buscando reinserir seus moradores no contexto social e na cidade.

Referências projetuais



Fonte: <https://www.maisgoias.com.br/cidades/prefeitura-remove-moradores-que-viviam-debaixo-de-ponte-no-setor-sul-em-goiania/>

Casa de Acolhimento e Refeitório Comunitário

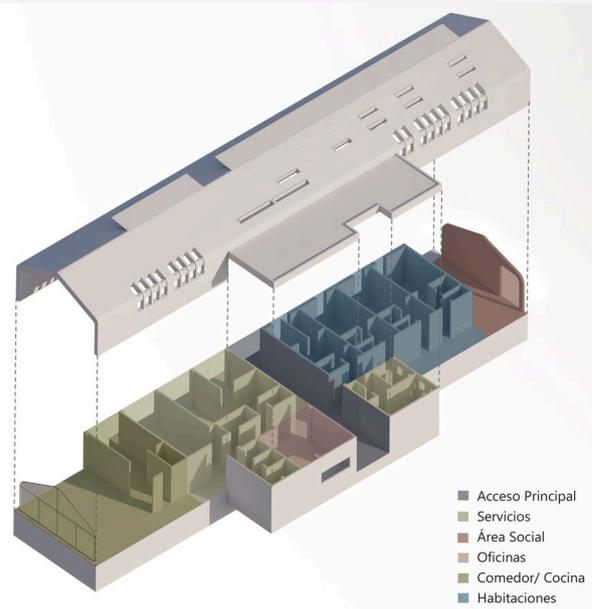
Ficha técnica:

- Arquitetos: Side FX Arquitectura
- Área: 740 m²
- Ano: 2023
- Cidade: Macas
- País: Equador



A Casa de Acolhimento e Refeitório Comunitário foi projetada com objetivo de simplificar a complexidade do edifício por possuir diferentes tipos de serviços e uma demanda diária relativamente alta, de 20 pessoas dormindo por noite e 40 pessoas no refeitório. Ela foi pensada de forma modular separando os setores de usos em privado e público de forma a facilitar a entrada e o controle de pessoas.

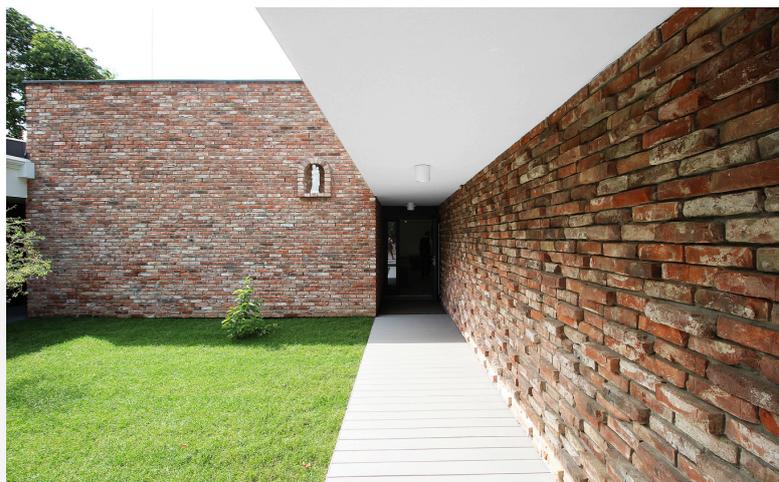
A implantação é inteiramente térrea, tornando o edifício acessível para todos, de forma modular e utilizando o formato de uma casa para definir sua estrutura formal, foi projetado para ter uma relação com o entorno, utilizando aberturas controladas e claraboias para possuir iluminação e ventilação cruzada, além de grandes aberturas para ter contato direto com a natureza e a paisagem que o envolve.



Abrigo para desabrigados

Ficha técnica:

- Arquitetos: xystudio
- Área: 1485 m²
- Ano: 2019
- Cidade: Jankowice
- País: Polônia



O projeto foi pensado para que pudesse ser sustentável, com baixos custos de manutenção e eficiente. Utilizando materiais locais e reaproveitados, piso radiante para aquecimento do edifício, estratégias de ventilação, uma estação de tratamento de esgoto ecológico e sistemas de captação e reaproveitamento de água da chuva.

O abrigo para desabrigados é um edifício térreo, que o torna acessível para todos, está inserido em uma área rural na Polônia Oriental, de forma que se integra na paisagem ao seu redor o tornando imperceptível de longe. Internamente, está dividido em três setores principais, que são separados por paredes maciças de tijolos e espaços abertos. A área pública de acesso possui uma recepção e uma capela, está equipado com dezenove dormitórios todos com banheiros adaptados, salas de reabilitação, refeitório, área de convívio, escritórios administrativos e área dos funcionários que é caracterizado por três apartamentos com cozinhas americanas, já que a assistência é de 24h por dia a pessoas com limitações.



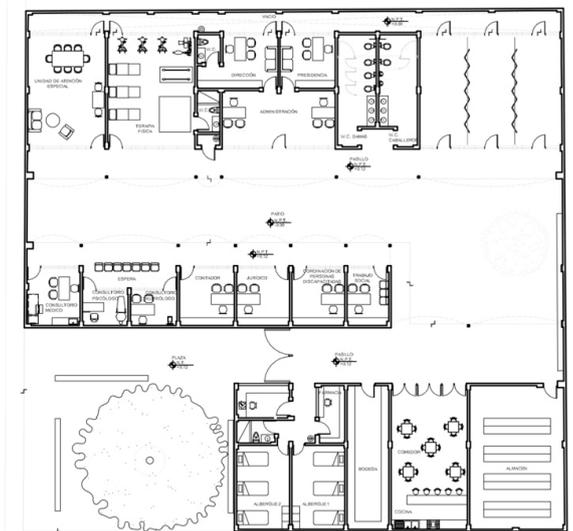
Centro Comunitário Ruiz

Ficha técnica:

- Arquitetos: bgp arquitectura
- Área: 1169 m²
- Ano: 2021
- Cidade: Ruiz
- País: México



O centro comunitário está inserido em uma comunidade marginalizada, longe dos centros urbanos, para servir como suporte a sua população com serviços educacionais, médicos, jurídicos, alimentação e como refúgio em caso de violência e atendimento para pessoas em risco. O edifício está organizado em três volumes paralelos, com orientação sentido Leste-Oeste para diminuir a incidência solar nas fachadas, o sistema construtivo é feito por paredes de tijolos artesanais produzidos na região, apoiando economia local, todos os materiais são aparentes desde o chão de concreto a cobertura formada por abóbodas catalãs em tijolo aparente, toda a estrutura reduz os custos e a manutenção a longo prazo. Todo o sistema foi pensado para que a própria população se transformasse em mão de obra e fornecesse os materiais para que benefício não fosse apenas social mas também econômico.



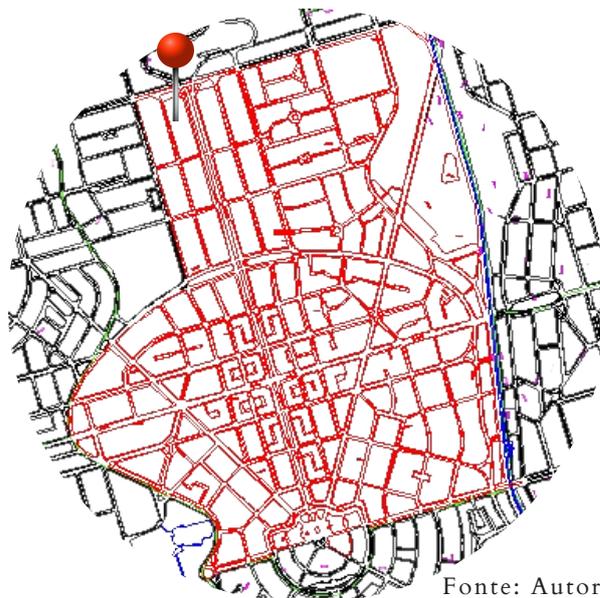
O Lugar



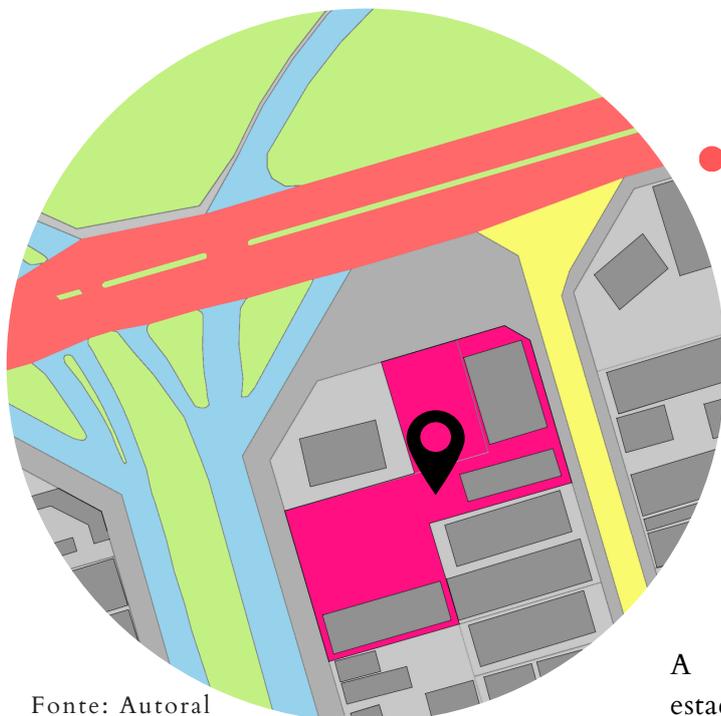
Critérios e justificativa para a escolha do bairro, do terreno e sua relação com o centro

- A quantidade de pessoas em situação de rua por setor: é crucial estar próximo das áreas que possuem a maior quantidade de pessoas em situação de rua, para facilitar o acesso e diminuir a necessidade de grandes locomoções, por isso será no setor central ou em seus arredores.
- Transporte público: é importante que todas as pessoas tenham fácil acesso ao abrigo, dessa forma, estar perto de um ponto de ônibus é importante para que mesmo que algumas pessoas estejam em lugares mais distantes, o transporte público seja um facilitador.
- Estar próximo de uma delegacia e/ou hospital: como foi exposto anteriormente, a violência contra pessoas em situação de rua tem aumentado nos últimos anos, por isso, é importante estar a uma pouca distância de um hospital e/ou de uma delegacia, pra facilitar o encaminhamento dependendo da gravidade da vítima.

Setor Central



Fonte: Autoral

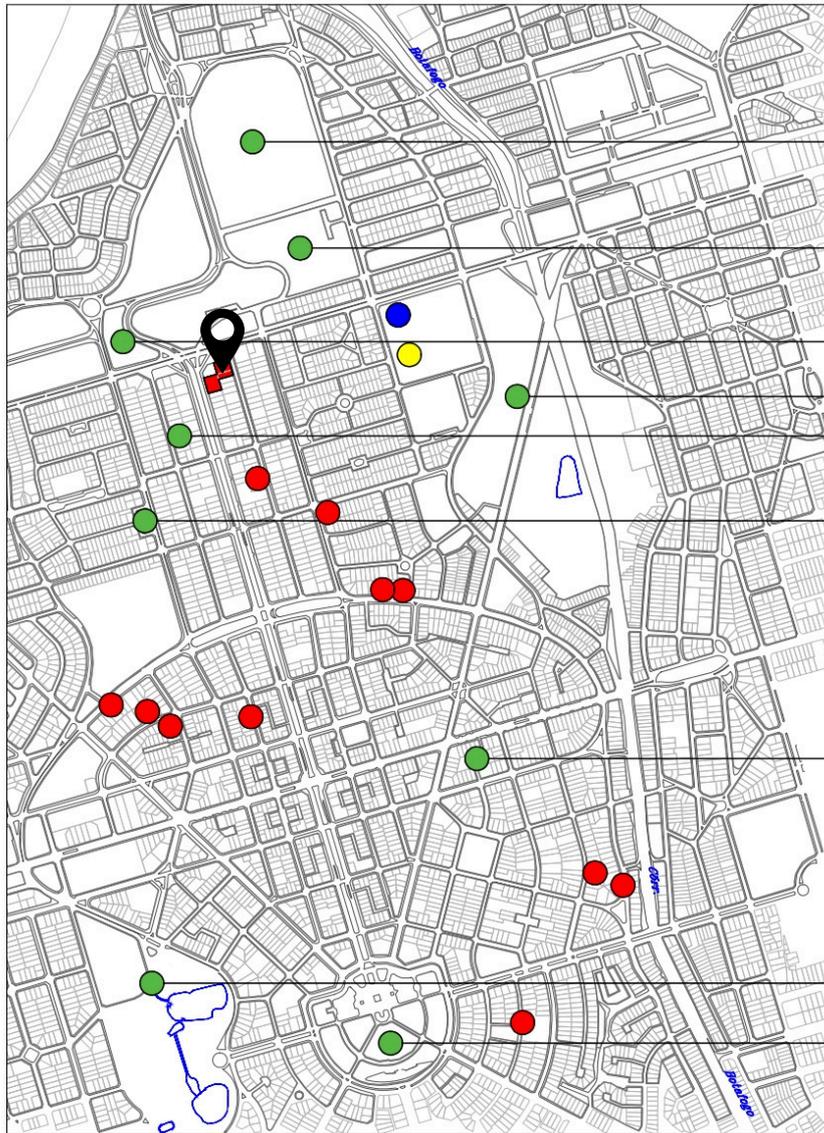


Fonte: Autoral

- Av. Independência
- Av. Goiás
- Rua 70
- Área escolhida
- Áreas verdes

A área é um conjunto de terreno vazio, estacionamento, edifício comercial inativo e arquitetura irrelevante. Se localiza no Setor Central, com fachada para a Av. Goiás, Av. Independência e Rua 70. Fica próximo a rodoviária, delegacia de policia, bombeiro, ponto de ônibus, entre outros variados serviços.

Análise do entorno



Rodoviária

Praça do Trabalhador

Câmara Municipal

Parque Mutirama

Mercado Popular

Mercado Central

Bosque dos Buritis

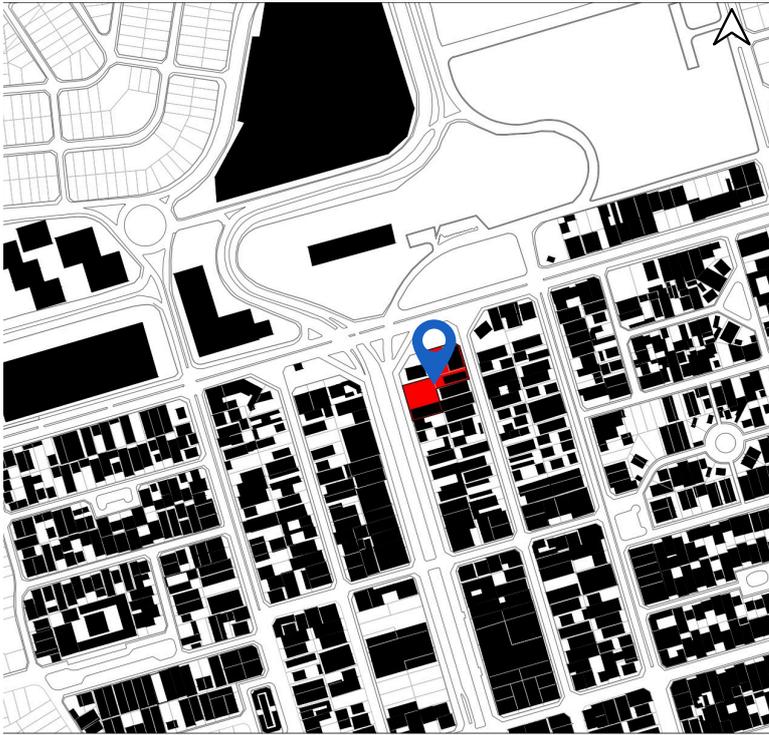
Praça Cívica

Legenda:

-  Local escolhido
-  Hospitais
-  Delegacia
-  Bombeiro

Análise do entorno

Mapa cheios e vazios



Mapa uso do solo



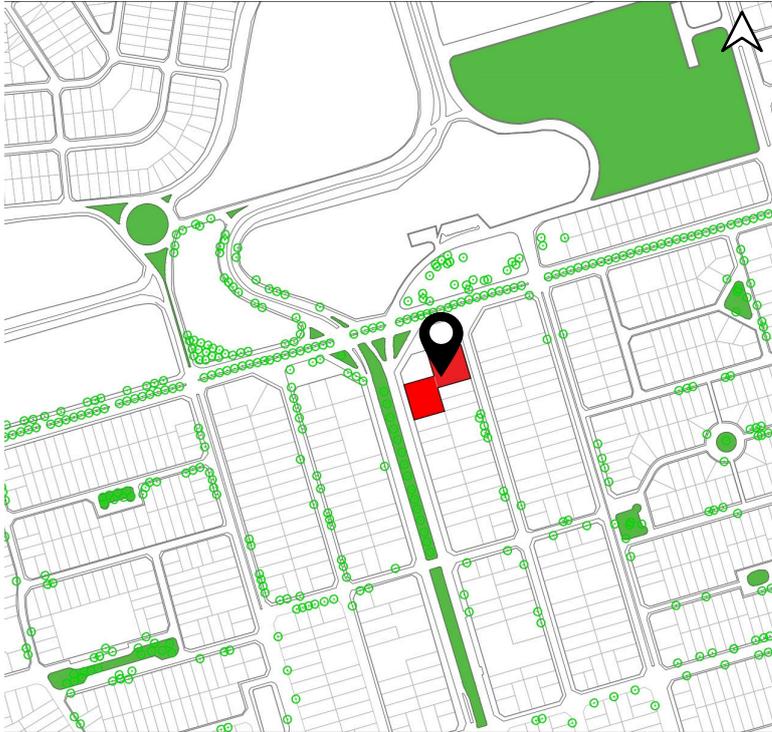
Perspectiva do entorno



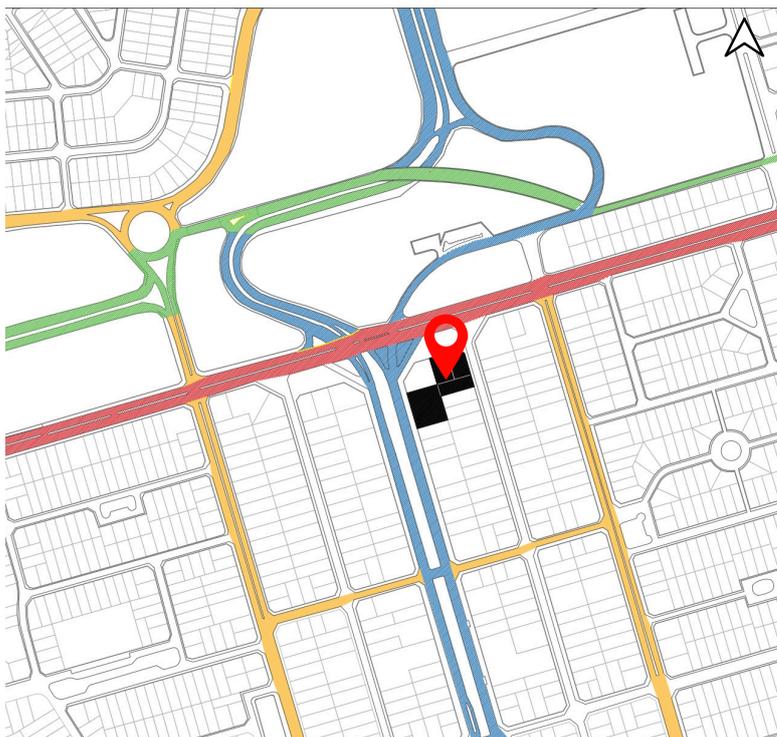
- Uso residencial
- Uso comercial
- Uso misto
- Uso institucional
- Estacionamento
- Lotes vagos, ed. abandonados

Análise do entorno

Mapa - áreas verdes



Mapa - hierarquia viária

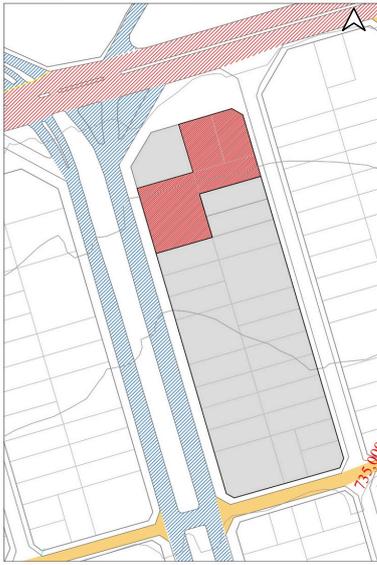


Arterial 1º categoria
Av. Goiás
Av. Independência
Av. Leste Oeste

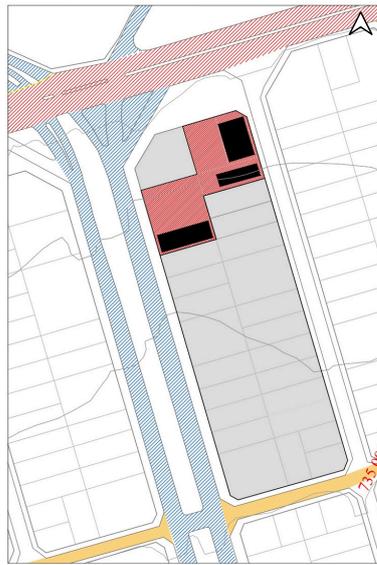
Coletoras
Rua 74
Rua 61
Rua 68

Terreno

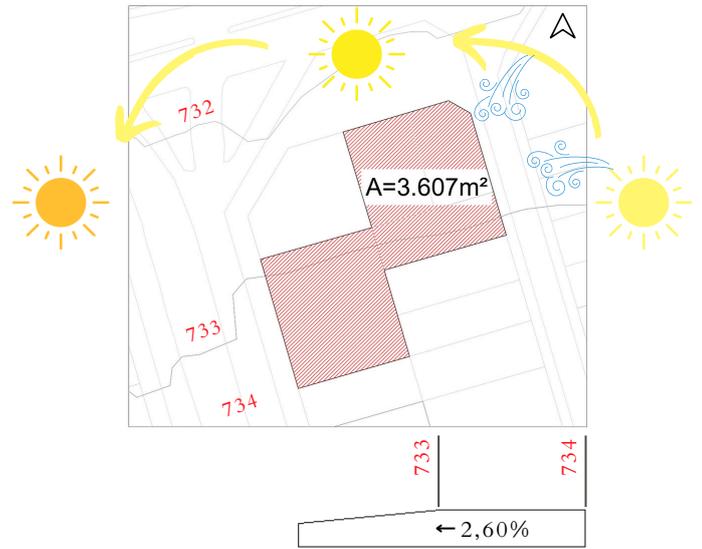
Mapa - quadra 127



Mapa - demolir



Mapa - insolação, ventilação, topografia



Corte - terreno



Av. Goiás



Rua 70



Vista superior da área



Av. Goiás



Rua 70

O Projeto



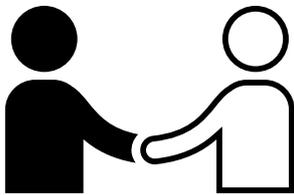
Fonte: <https://opopular.com.br/cidades/populac-o-em-situac-o-de-rua-em-goiania-sofre-com-descaso-e-violencia-1.3031335>

Diretrizes de projeto



Acolhimento e atendimento

- Tem o objetivo de acolher não só indivíduos, mas também famílias, com dormitórios familiares e espaços para crianças;
- Dormitórios masculinos, femininos e familiares;
- Atendimento especializado 24h: assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos e terapeutas.



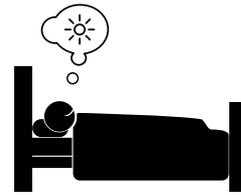
Reinserir

- Reinserir essas pessoas na sociedade, nas famílias e/ou no mercado de trabalho, através de assistentes sociais, oficinas, cursos profissionalizantes e atividades socioeducativas.



Lazer e convivência

- Permitir e possibilitar a interação entre os próprios usuários com áreas de lazer e convivência para fortalecer os laços comunitários e promover o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de relações interpessoais significativos.
- Criar um ambiente propício para o compartilhamento de experiências, do aprendizado em conjunto e o estabelecimento de uma rede de apoio entre os indivíduos.



Conforto e acessibilidade

Propor um edifício acessível para todos e com arquitetura e espaços de qualidade, para o bem estar e para que sintam uma atmosfera de acolhimento, pertencimento e de casa.



Sustentabilidade

- Promover um edifício sustentável para reduzir os impactos ambientais e otimizar os recursos disponíveis. Buscando diminuir os gastos do edifício através de práticas como reuso de água, aproveitamento de luz e ventilação natural e utilização de materiais recicláveis, entre outros. Dessa forma, criar um espaço que seja ecologicamente responsável, energeticamente eficiente e socialmente consciente.



Privacidade e segurança

- Promover através da arquitetura, espaços privados nos dormitórios, discreto no contexto urbano e seguro perante as violências que vem aumentando como exposto em dados anteriores

Apropriação do terreno

Para locar os setores foi considerado quais seriam privados e públicos, dando privacidade para o setor dos dormitórios colocando próximo a via local com menos movimento, e os setores de acesso público com fachada para as vias principais e com grande movimento.

O volume do edifício é criado de maneira a formar pátios centrais de lazer e convivência com áreas verdes, o setor de assistência/ saúde possui fachada principal para a Av. Goiás de forma a facilitar para que as pessoas tenham acesso sem ser residente do abrigo, integrado a ele sobre pilotis, está o setor de profissionalização, mais próximo dos residentes.

O setor administrativo tem fachada principal para a Av. Independência por ser o acesso principal dos residentes do abrigo, o setor de serviço possui entrada pela rua 70 por ser acesso apenas de funcionários. Ainda na rua 70, há um quarto acesso pelo pilotis, que dá direto ao restaurante e áreas abertas, facilitando o trânsito livre de pessoas pela área.

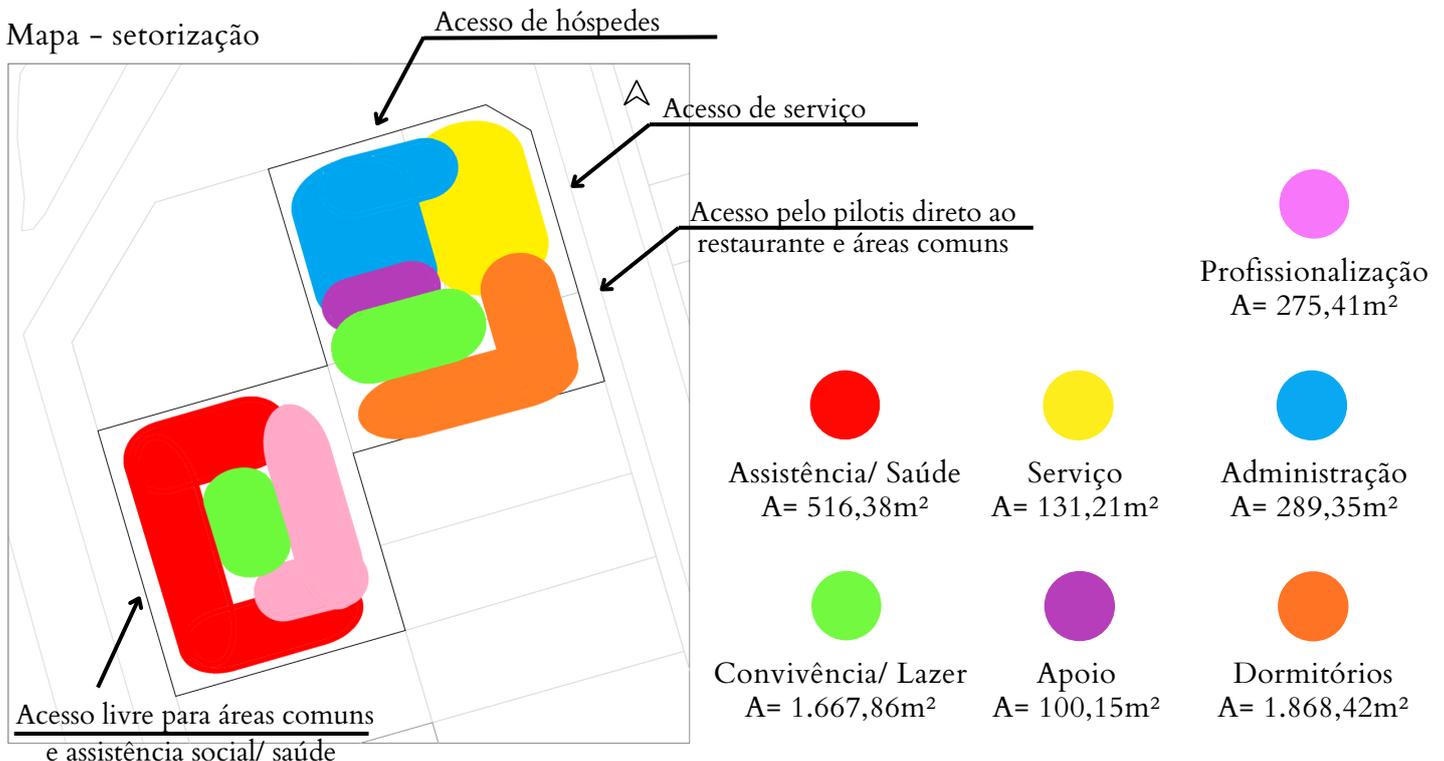
A setorização como um todo foi pensada para facilitar acessos, fluxos e dar privacidade, segurança e suporte tanto para os residentes quanto para as pessoas de passagem.

O edifício proposto terá um caráter institucional e estará sob a responsabilidade da administração municipal. Assim sendo, é de obrigação da prefeitura de Goiânia que assuma a responsabilidade pela manutenção e funcionamento adequado do espaço.

No que diz respeito à duração da estadia dos acolhidos, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) estabelece um limite máximo de 90 dias. Contudo, em situações excepcionais e devidamente justificadas, poderá ser concedida uma extensão da estadia por até 5 meses para determinados indivíduos.

O programa de necessidades foi pensado com base nas casas de acolhimento já existentes em Goiânia e nos estudos de caso apresentados anteriormente, de forma que atendesse a população em situação de rua com serviços básicos e especializados, de maneira segura, acessível, acolhedora e com muita qualidade.

Mapa - setorização



Programa de necessidades

Setor de Administração

Recepção - 43,29m²
Triagem - 25,85m²
Sanitário PCD - 3,68m²
Segurança - 8,49m²
Administração - 33,96m²
Coordenação - 40,46m²
Sala de reunião - 31,15m²
Sala de funcionários - 52,21m²
Dormitórios funcionários - 50,26m²
Total: 289,35mm²

Setor de Assistência/ Saúde

Hall - 55,21m²
Recepção saúde - 41,97m²
Recepção assistência social - 41,91m²
Triagem - 36,90m²
Assistência social - 36,04m²
Documentação - 36,04m²
Jurídico - 36,03m²
Psicologia - 26,53m²
Dentista - 26,53m²
Consultório médico - 62,38m²
Enfermaria - 53,69m²
Rouparia - 10,20m²
Posto de enfermagem - 32,35
Café - 9,80m²
Sanitário feminino PCD - 5,40m²
Sanitário masculino PCD - 5,40m²
Total: 516,38m²

Setor de Profissionalização

Sala multiuso - 71,89m²
Sala de aula - 45,21m² x 2 = 90,42m²
Ateliês - 45m² x 2 = 90,66m²
Sanitário feminino - 11,22m²
Sanitário masculino - 11,22m²
Total: 275,41m²

Setor de Dormitórios

Dormitórios masculinos - 497,37m² - 88p
Dormitórios femininos+ - 497,37m² - 88p
Dormitórios familiares - 356,90m² - 64p
Sanitários femininos+ - 60m²
Sanitários masculinos - 60m²
Sanitários familiares - 60m²
Sala de TV - 99,63m² x 3 = 298,89m²
Lavanderia/DML - 27,28m²
Rouparia - 10,61m²
Total: 1.868,42m²

Setor de Convivência/ Lazer

Refeitório coletivo - 165,85m²
Pátio central - 421,27m²
Pátio coberto (Pilotis) - 666,15m²
Brinquedoteca/ jogos - 71,35m²
Sala de música - 55,23m²
Terraço - 230,19m²
Espaço pet - 57,82m²
Total: 1.667,86m²

Setor de Apoio

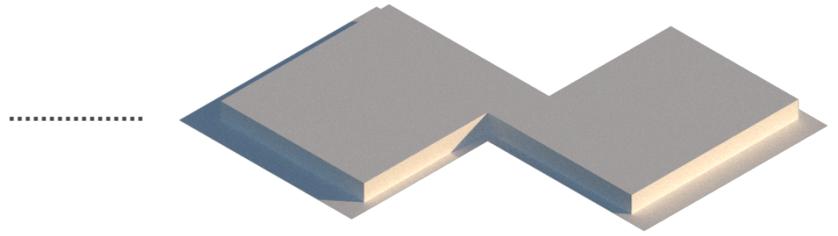
Lavanderia - 22,06m²
Guarda-Volumes - 30,91m²
Sanitário feminino - 23,59m²
Sanitário masculino - 23,59m²
Total: 100,15m²

Setor de Serviço

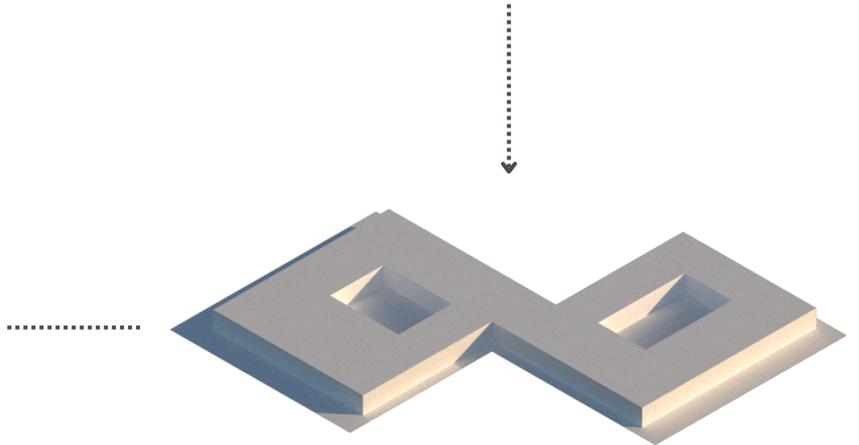
Copa funcion. - 18,03m²
Gerador- 11,94m²
DML - 4,05m²
Cozinha - 93,74m²
Lixo - 2,45m²
Central de gás - 1m²
Total: 131,21m²

Volumetria

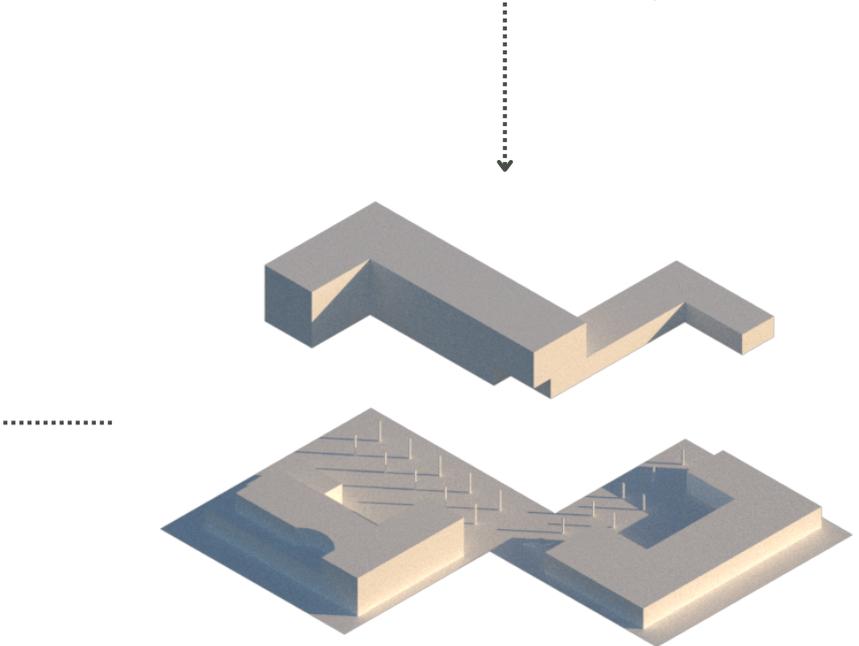
Recuos do terreno, área possível de ser construída



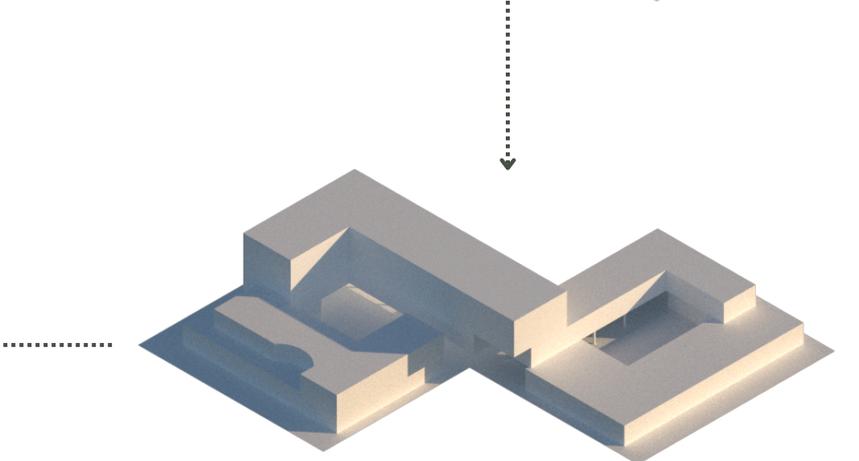
Criação de pátios internos



Verticalização e criação de pilotis



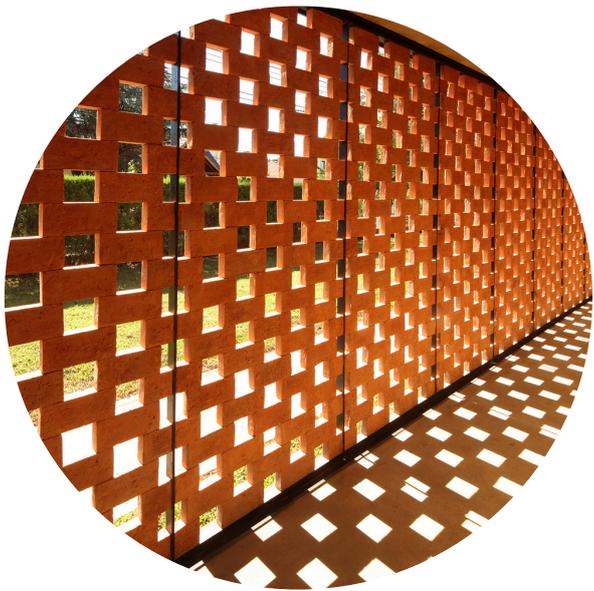
Volumetria final



Materialidade

A estrutura do edifício é modulada de 8x8m e 6x4m e será construída em concreto armado, escolhida por apresentar um custo mais vantajoso em comparação a outros materiais e por sua facilidade de manuseio durante o processo construtivo. Além disso, o concreto armado oferece uma excelente resistência e durabilidade, sendo ideal para suportar grandes cargas e garantir a segurança da edificação a longo prazo. Esta escolha também facilita a adaptação a diversas formas arquitetônicas, proporcionando maior flexibilidade no design do edifício.

Os tijolos vazados serão utilizados para criar aberturas que proporcionem iluminação natural e ventilação, resultando em um ambiente mais arejado e eficiente.



https://images.adsttc.com/media/images/57ff/e01f/e58e/ce51/8e00/00fe/slideshow/16__%C2%A9_Gustavo_Sosa_Pinilla_6_copy.jpg?1476386840

Chukum

O acabamento utilizará Chukum, um material mexicano redescoberto em 1990, anteriormente utilizado pela civilização Maia. Este material oferece excelente isolamento térmico, mantendo as construções frescas em climas quentes, especialmente valioso em regiões tropicais. Originário da árvore espinhosa de madeira semi-dura encontrada na península de Yucatán, o Chukum também é usado para tingir tecidos e curtir couro.

Para criar o estuque Chukum, a casca da árvore é fervida duas vezes e depois misturada com cimento, resultando em um acabamento adequado para paredes de concreto e piscinas. A casca confere ao estuque uma resistência natural à água, dispensando aditivos artificiais para alcançar alta impermeabilidade, tornando-o ideal para uso tanto em interiores quanto em exteriores.

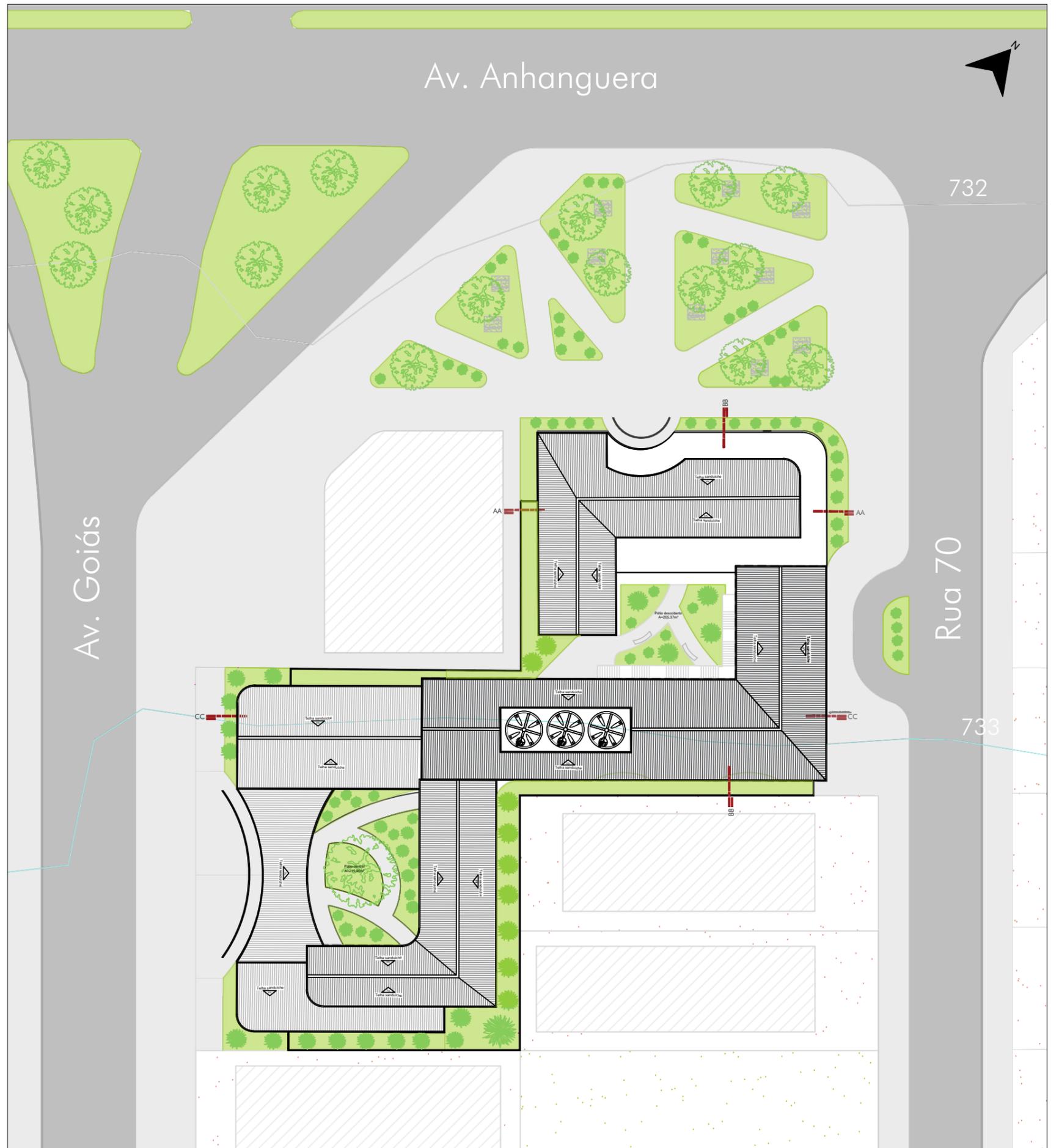
Além de sua funcionalidade, o Chukum simboliza a rica herança Maia e a busca por soluções de construção sustentáveis e culturalmente conscientes. Sua integração na arquitetura moderna celebra a sabedoria e criatividade das civilizações ancestrais, destacando suas qualidades únicas e atestando sua relevância contemporânea.



https://images.adsttc.com/media/images/5f42/cdee/b357/65be/d800/02f9/slideshow/leo_espino_sa_2.jpg?1598213606

ABRIGÔ

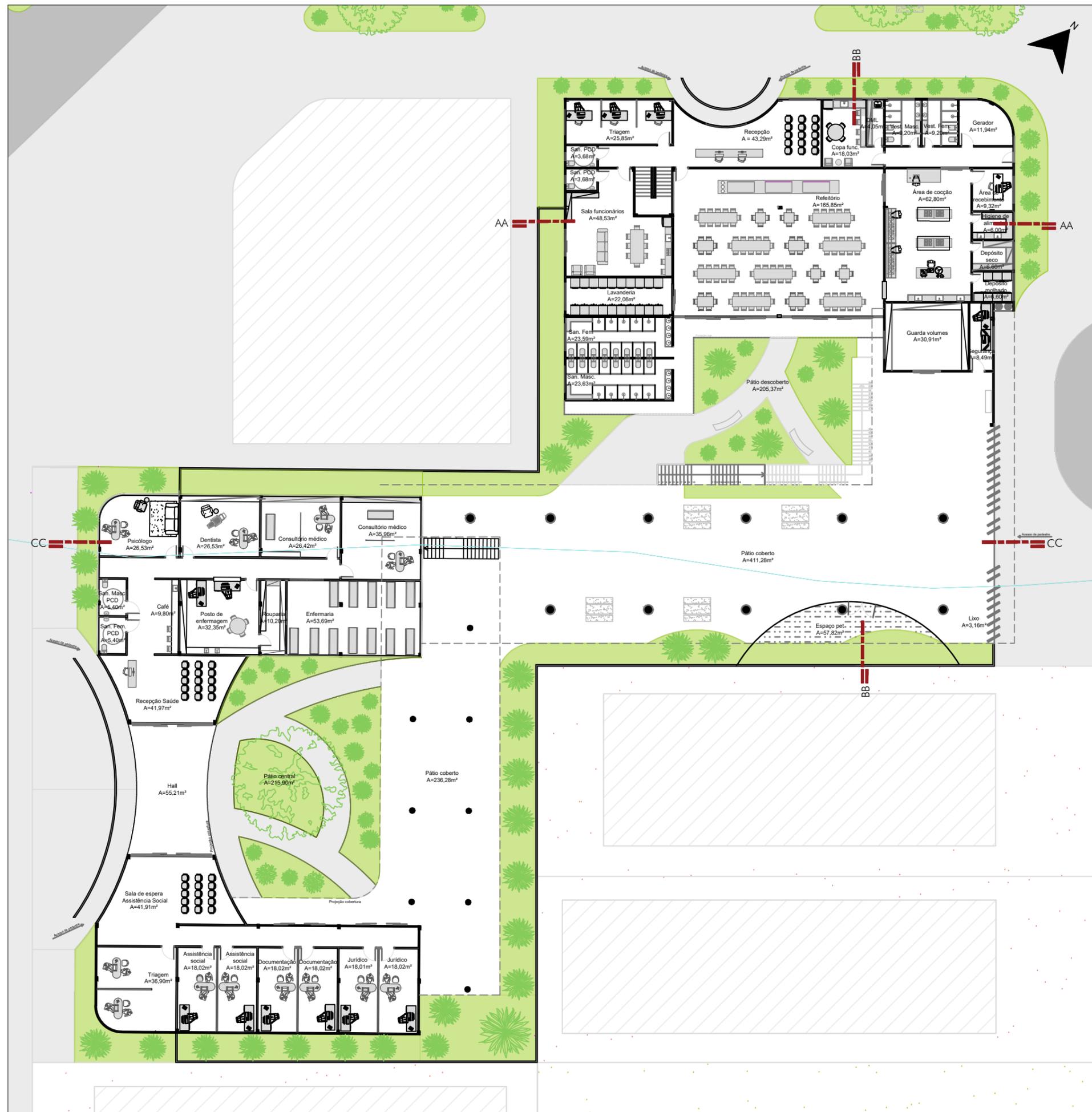
Abrigo para pessoas em situação de rua



A PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESC 1:500

ABRIGO

Abrigo para pessoas em situação de rua



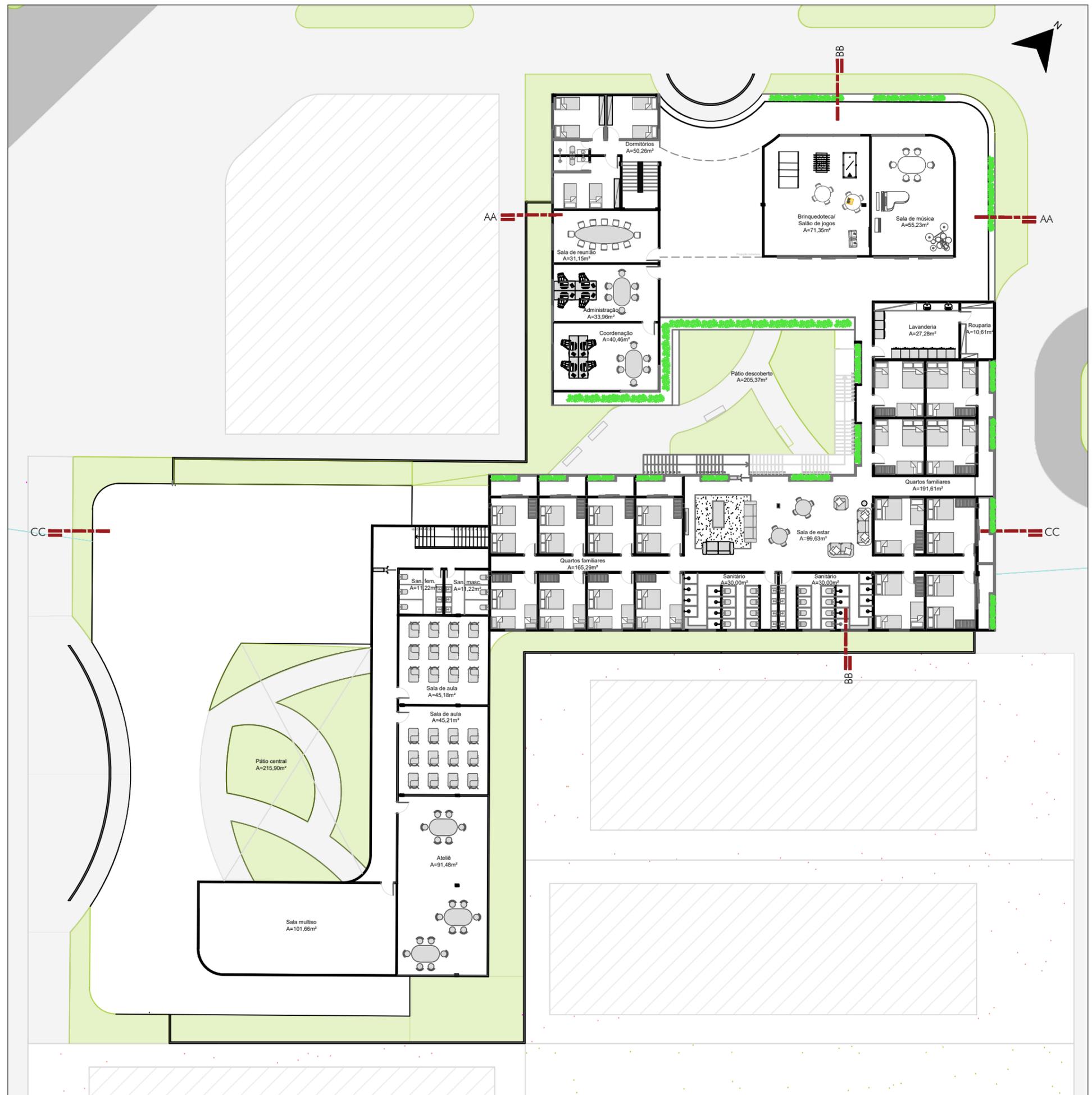
B PLANTA TÉRREO
ESC 1:300

ABRIGO

Abrigo para pessoas em situação de rua



Planta chave
Esc: 1/1500



ABRIGÔ

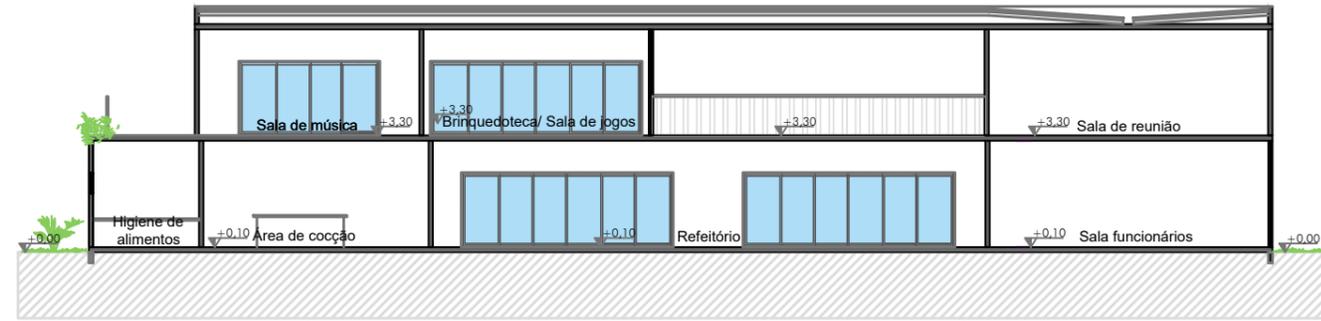
Abriço para pessoas em situação de rua



D PLANTA PAVIMENTO 2-3
ESC 1:150

ABRIGÔ

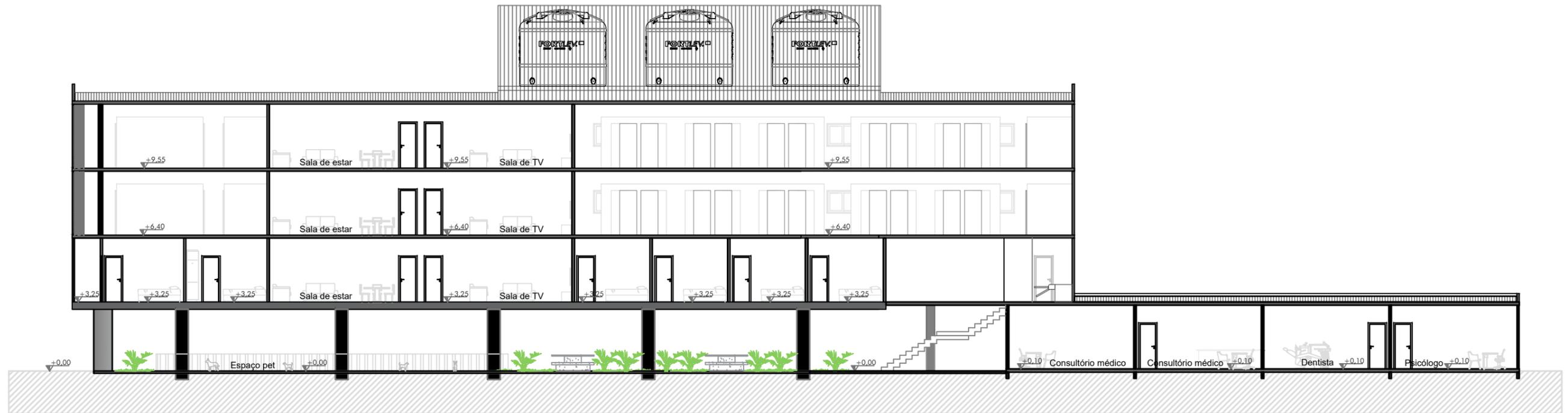
Abrigo para pessoas em situação de rua



E CORTE AA
ESC 1:200



F CORTE BB
ESC 1:200



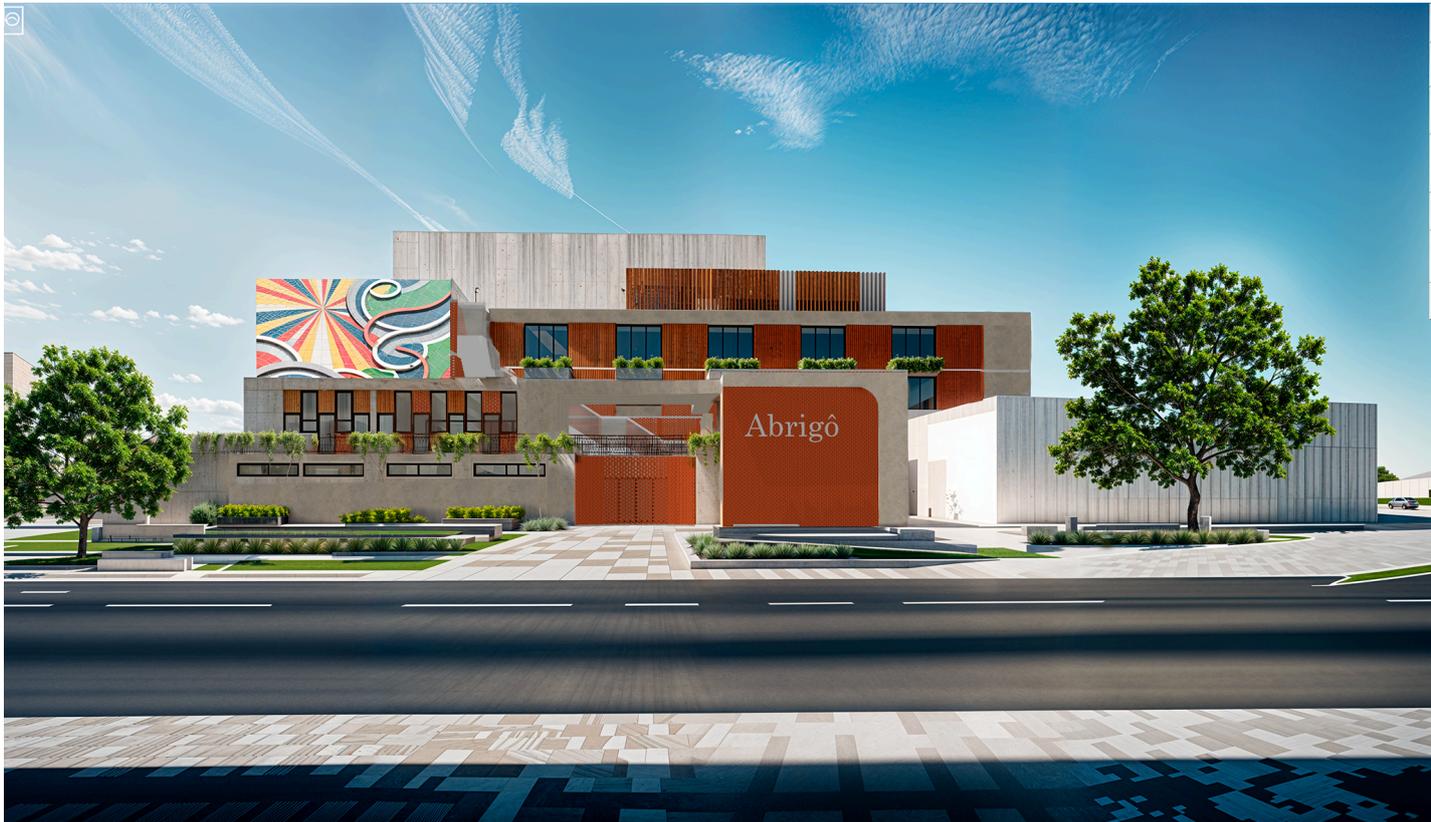
G CORTE CC
ESC 1:200

Maquete

Edifício no entorno



Fachada para a Av. Anhanguera



Maquete

Fachada para a Av. Goiás



Fachada para a Rua 70

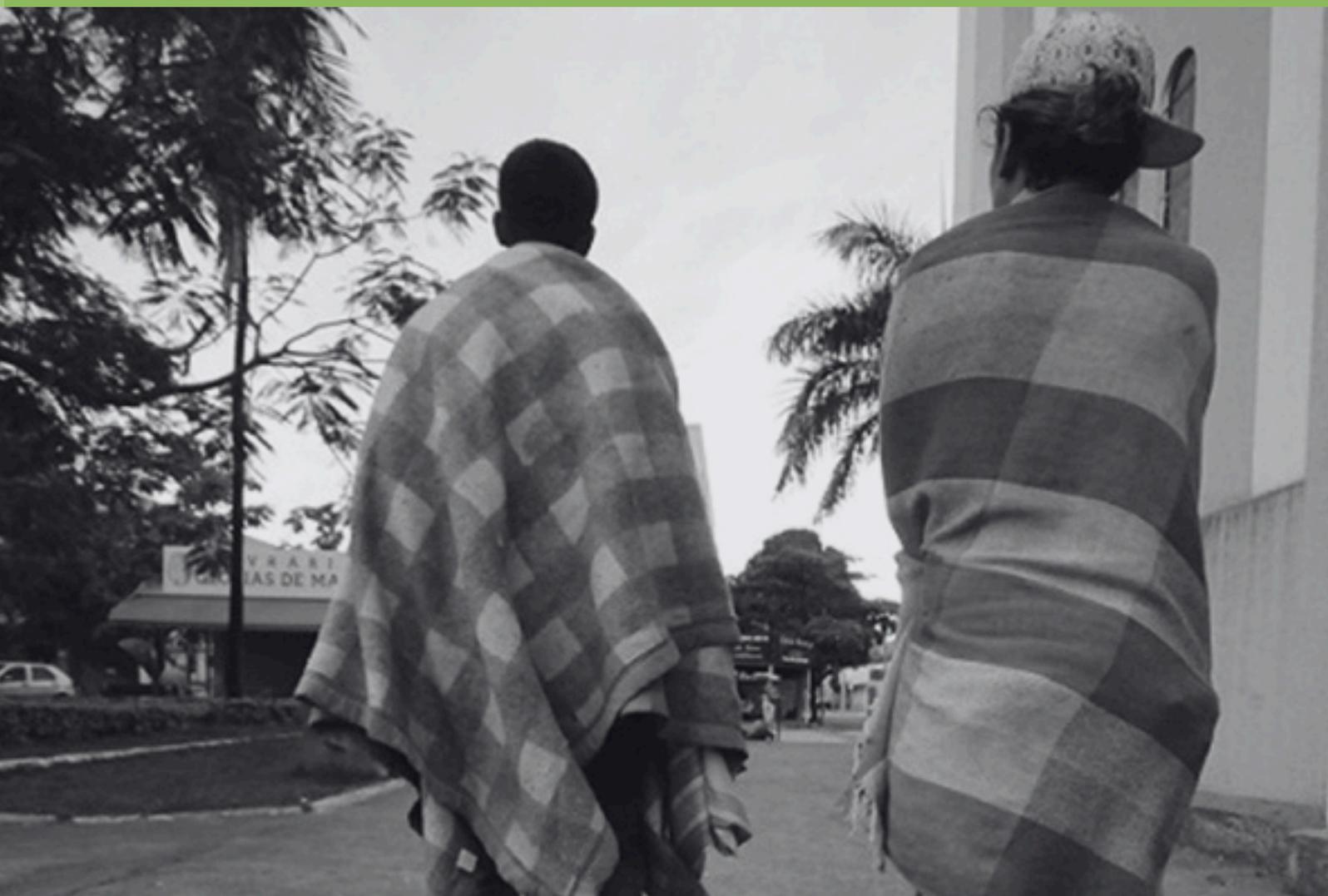


Maquete

Pátio interno



Referências



Fonte: <https://www.aredacao.com.br/noticias/89265/prefeitura-intensifica-acolhida-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-goiania>

- BERNARDO, Carol e ALCÂNTARA, Tamires. A quem pertence nossas cidades?. Disponível em: <https://blog.archtrends.com/arquitetura-hostil/>
- BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Plano Nacional Ruas Visíveis População em situação de rua:** Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em situação de Rua. Brasília, 2024
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à fome. **Cartilha da Secretaria de Assistência Social: Ações 2023.** Brasília, 2023.
- BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em Situação de Rua:** Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, 2023.
- SILVA, Jorge Luiz Fernandes (cord.). **Manual básico de atendimento a pessoas em situação de rua.** Rio de Janeiro, 2024.
- [//www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas](http://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas)
- https://cmas.pontagrossa.pr.gov.br/?page_id=29
- <https://www.dicio.com.br/abrigo/> <https://blog.gesuas.com.br/acolhimento-institucional/>
https://cmas.pontagrossa.pr.gov.br/?page_id=29
- ://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informestecnicos/2020/Informe_Tecnico_perfil_cadunico_dez.pdf
- ://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-derua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf
- https://www.archdaily.com.br/br/1010980/casa-de-acolhimento-e-refeitório-comunitario-side-fx-arquitetura?ad_medium=gallery
- https://www.archdaily.com.br/br/932030/abrigo-para-desabrigados-xystudio?ad_source=search&ad_medium=projects_tab
- https://www.archdaily.com.br/br/985974/centro-comunitario-ruiz-bgp-arquitetura?ad_source=search&ad_medium=projects_tab
- https://www.archdaily.com.br/br/985974/centro-comunitario-ruiz-bgp-arquitetura?ad_source=search&ad_medium=projects_tab
- <https://opopular.com.br/cidades/projeto-consultorio-de-rua-acompanha-400-pessoas-na-capital-1.1287554>
- <https://chukum.com.br/o-que-e-chukum>
- <https://www.archdaily.com.br/br/946352/a-beleza-rustica-do-chukum-na-arquitetura-mexicana-moderna>